

O neoliberalismo enquanto marco das relações de mercado no sistema capitalista e seus limites e desafios a uma proposta de economia solidária

*Maristela Miranda Vieira de Oliveira*¹

Resumo: Este artigo faz uma reflexão crítica sobre os possíveis limites e desafios de se promover a Economia Solidária no âmbito de políticas públicas nos marcos do capitalismo neoliberal. A análise busca confrontar o conceito de Economia Solidária com a realidade ora observada, entendendo as atividades econômicas e sociais como uma totalidade complexa, portanto, não particularizada e dissociada da lógica que rege a totalidade do sistema. Em razão da abrangência do tema e de sua problemática, define-se como objeto de estudo as teorias e conceitos desenvolvidos pelos autores França Filho, Laville e Gaiger.

Palavras-chave: Capitalismo. Estado. Neoliberalismo. Economia solidária.

Neoliberalismo while mark of the relationships of market in the capitalist system and their limits and challenges to a proposal of solidary economy

Abstract: This article makes a critical reflection on the possible limits and challenges of promoting the Solidary Economy in the extent of public politics in the marks of the neoliberal capitalism. The analysis looks for to confront the

¹ Mestranda em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento Social e Desenvolvimento Regional pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Técnica Universitária da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: maristelamvo@gmail.com

concept of Solidary Economy with the reality now observed, understanding the economical and social activities as a complex totality, therefore, no particularized and dissociated of the logic that governs the totality of the system. Due to inclusion of the theme and of her problematic it is defined as study object the theories and concepts developed by authors França Filho, Laville and Gaiger.

Keywords: Capitalism. State. Neoliberalismo. Solidary economy.

Introdução

A evolução histórica do sistema capitalista, observada em vários séculos de existência, demonstra a sua capacidade de legitimação através do tempo, utilizando-se não só de modelos econômicos para se reproduzir, mas também da formação de ideologias no âmbito das relações de Estado, capazes de justificar a sua existência e regular os interesses do capital. Como em outros momentos da história da humanidade, o início do século XXI aponta para uma nova forma de reprodução dessas relações, buscando um retorno ao que se chamou liberalismo econômico e que serviu para disseminar os interesses capitalistas durante os séculos XIX e XX. Porém, agora, com a denominação de neoliberalismo, age no sentido de fragmentar a ação do Estado, diminuindo a sua atuação e transformando-o, estritamente, em um agente construtor dos interesses do capital.

Na tentativa de construir um conceito para o entendimento desse fenômeno, Moraes (2001) apresenta algumas proposições que refletem maneiras diferentes de explicá-lo, as quais levam à compreensão de que se trata de uma corrente de pensamento, um movimento intelectual ou um conjunto de políticas adotadas pelos governos. Contudo, conclui que o neoliberalismo representa a ideologia do capitalismo na era da financeirização da riqueza, através de um ataque às formas de regulação econômica. A ideologia neoliberal prevê o afastamento do Estado das questões econômicas, bem como a diminuição do seu poder por meio de políticas de reformas orientadas para o mercado. Entre os defensores desse pensamento, destacam-se Friedrich von Hayek que ao

publicar *O Caminho da Servidão* (1944), lançou um manifesto inaugural da ideologia neoliberal. Seguindo essa lógica, vários países da América Latina, incluindo o Brasil, iniciaram a partir dos anos 90, uma onda de reformas que incluíam o Estado e o seu aparelho administrativo em nome de uma espécie de reengenharia na Administração Pública, considerada pesada e de difícil operacionalização. Essas reformas foram acompanhadas de medidas de combate à inflação, seguindo orientação de caráter neoliberal de órgãos internacionais como Banco Mundial e FMI (SIMIONATTO, 1997).

A partir desse momento, assiste-se a uma redefinição do papel do Estado que passa a responder mais precisamente aos interesses do capital, não de forma direta, mas agindo na regulação das relações sociais, contribuindo na manutenção das relações capitalistas em seu conjunto (OFFE, 1984 apud HÖFLIN, 2001).

Todavia, a hegemonia do capitalismo em suas diversas formas, incluindo aí a ideologia neoliberal, não só produz o acúmulo de riquezas, mas também desperta reações contrárias que resultam em resistência ao modelo vigente. Uma dessas tentativas é visível nos movimentos a favor da promoção de uma Economia Solidária, tendência que vem crescendo e fomentando um debate em torno da possibilidade de se pensar em uma nova forma de se fazer economia, combinando aspectos de uma economia mercantil, com a economia não-mercantil e não monetária.

É tomando-se por base essas conjecturas que se propõe neste artigo uma reflexão acerca dos limites e desafios para promover a Economia Solidária no âmbito de um Estado que reproduz uma ideologia neoliberal, atuando enquanto regulador das relações sociais, a fim de responder aos interesses capitalistas, baseados estritamente na economia mercantil.

A economia solidária

O sentido do termo Economia Solidária ainda é algo relativamente novo, apesar de que as práticas que a traduzem não representem nada de inédito entre comunidades de países da América Latina e Europa

(FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2006), onde mais se tem observado iniciativas dessa natureza. Porém, a novidade está em unir todas essas práticas em uma só denominação, fazendo com que ao invés de existirem isoladas, elas transformem-se em evidência, adquiram força de revolução contra o comportamento econômico que ora se apresenta, e que se baseia estritamente na economia de mercado, desacreditando a possibilidade de uma economia que seja plural como pretende a economia solidária.

Através de um processo de emancipação individual e coletiva, baseado na lógica do aprender, entender e transformar (informação verbal)², essa tendência propõe um novo olhar sobre a maneira de se pensar a economia contemporânea, buscando novas formas que vão além da economia de mercado. Para tanto, propõe uma articulação entre o mercado, o Estado e os grupos excluídos do atual sistema produtivo, na expectativa de se consolidar enquanto estratégia de desenvolvimento local. Logo, o mercado, o Estado e setores da sociedade civil excluídos do sistema produtivo tornam-se pilares de sustentação e construtores de relações capazes de fortalecer e definir o campo de atuação desse novo modo de se pensar a economia.

França Filho e Laville (2004) observam que as sociedades tradicionais priorizavam a manutenção dos vínculos sociais em relação à produção de riquezas, tornando a economia imbricada nas relações sociais. Porém, na modernidade presencia-se uma legitimidade da economia de mercado, onde esta reside num desejo da pacificação das relações sociais, mediante a busca da satisfação dos interesses individuais.

A atual concepção de economia de mercado, cria uma dissociação entre o plano econômico e o social, o que elimina o debate político das questões econômicas. Contudo, o que se almeja é a experiência de um mercado pautado na economia social, criando relações que “examinam as condições, permitindo conciliar o modo de produção econômico com uma redução da pobreza que ameaça a ordem estabelecida” (p. 50).

² Palestra apresentada por Paul Singer durante o “Seminário de Economia Solidária” realizado pela Secretaria de Infra-estrutura do Estado da Bahia (SEINFRA), Salvador, abril de 2007.

A observação das condições sociais no âmbito das relações de mercado, inclui o Estado enquanto agente regulador dessa relação. E como pensou Offe (1984, p. 125), “existe uma, e somente uma estratégia geral de ação do Estado. Ela consiste em criar as condições segundo as quais cada cidadão é incluído nas relações de troca”.

Considerando a posição de Claus Offe, o estado deve ser entendido como poder público e não se confunde com governo a ser governado, nesse sentido ele é independente da sociedade civil, porém a influencia, e é influenciado por ela. Nessas condições, os setores da sociedade civil que se encontram à margem do atual sistema, passam a representar as células de edificação dessa redefinição de Estado através do qual se formará o elo para a aproximação desses setores e do mercado.

É com base nessa estreita ligação envolvendo o mercado, o Estado e setores da sociedade civil, que as vertentes teóricas defensoras da Economia Solidária a definem através de quatro princípios de comportamento econômico, representando um olhar diferenciado em relação ao agir econômico em sociedade³. Constituem, portanto, preceitos voltados para a domesticidade, através da produção para usufruto próprio ou do seu grupo; reciprocidade, relação conduzida pela dádiva e que representa uma economia não-monetária; redistribuição, em que a produção fica a cargo de uma autoridade para ser redistribuída, também definida como não-mercantil, e nesse caso, assume a idéia de atuação do poder público, que intervêm através da construção de relações de reciprocidade entre os agentes partícipes desse modelo econômico, para tanto, agindo na formulação de políticas públicas; e por último o mercado, que representa o lugar de encontro entre a oferta e a demanda de bens e serviços para fins de troca, este por sua vez, sendo o princípio que predominou nas relações econômicas capitalistas orientando a reprodução de um sistema hegemônico e excludente através do tempo.

³ FRANÇA FILHO; LAVILLE, op. cit., 2004. Baseado no estudo de Karl Polanyi (1983) sobre a origem política e econômica do nosso tempo (domesticidade, reciprocidade, redistribuição e mercado).

A Economia Solidária, portanto, sinaliza para uma articulação entre a econômica mercantil, não-mercantil e não-monetária, convergindo para a solidariedade que se transforma em centro de uma relação que permeia os objetivos de natureza social, política ou cultural (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

Relações neoliberais enquanto limite e desafio para a economia solidária

Antes de propor uma análise sobre as relações neoliberais que vão influenciar a proposta de uma Economia Solidária, cabe uma breve reflexão sobre o que se pode depreender ao optar pela utilização das expressões “limites e desafios” na construção do presente raciocínio.

Como limite, entende-se um ponto ou linha terminal, além dos quais, cessa a continuidade. Por desafio, subtende-se instigar, incitar, provocar. A significância desses dois verbetes torna-se quase que antagônicas, na medida em que o primeiro propõe um sentido de fim, enquanto que o segundo é um chamado à continuidade.

Logo, a vinculação de termos por si só conflitantes para a construção da análise das relações neoliberais frente à Economia Solidária, presume o caráter polêmico que tal reflexão engendra, uma vez que estes limites podem ser visualizados de maneiras diferentes, pressupondo um fim ou um começo, a depender da reflexão que se faz. Se forem encarados enquanto paradigmas, tornam-se um convite a serem ultrapassados e, portanto, transformam-se em desafios.

Consequentemente, a reflexão desvincula-se de um caráter estritamente pontual, para adquirir um perfil instigador na medida em que propõe em suas entrelinhas a análise sobre qual caminho seguir na busca pela diminuição dos impactos provocados por um sistema hegemônico e excludente, aquele que levará a um fim de linha, ou seja, uma fronteira que não será ultrapassada, ou aquele que será construído e reconstruído para além de suas próprias fragilidades?

Relações de mercado

Diante da lógica da Economia solidária percebe-se, portanto, a grande dimensão por ela auferida uma vez que aspira transcender a um único comportamento econômico estritamente voltado para as relações de mercado. Evidencia-se assim, uma proposta que reivindicando uma economia plural, deve praticar a economia de mercado combinada com a economia do não-mercado (poder público) e a não-monetária (reciprocidade) sem, contudo, reproduzir as relações capitalistas que dominam o cenário mundial.

Por esse viés, a competição deverá dar lugar à cooperação. O acúmulo de capital não deverá participar das aspirações da Economia Solidária que precisa se auto-sustentar através da redistribuição de suas sobras, além do que, a sua produção deverá atender não só ao mercado, bem como aos seus próprios participantes. Logo, ela também deverá praticar preços justos sem perder de vista o foco na qualidade, o que servirá de impulso para sua permanência no mercado.

Políticas públicas

Políticas públicas devem ser entendidas como o “Estado em Ação” na medida em que implanta projetos de governo, programas e ações voltadas para setores específicos da sociedade. Constituem a natureza da intervenção do Estado (FALEIROS, 1995), suas intenções, criando assim uma agenda pública que vai nortear os seus trabalhos (LAHERA, 2002). As políticas públicas traduzem-se ainda em ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado e que representam uma redistribuição de benefícios sociais visando à diminuição das desigualdades produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico (HÖFLING, 2001).

Lahera (2002) faz ainda uma outra distinção em relação às políticas públicas, quando dissocia políticas de governo e políticas de Estado, sendo aquelas compreendida como as políticas de um governo, enquanto estas

são interpretadas como as ações que transcendem a um período específico delimitado por um governo e tornam-se direitos inalienáveis.

A Economia Solidária, enquanto campo de práticas ainda em construção, que não está unicamente voltada para a esfera mercantil e que retoma o diálogo entre a economia e a política como forma de sustentação de seus interesses, tem como desafio construir bases sólidas no âmbito das políticas públicas, do “agir no espaço público”⁴ que segundo França Filho e Laville (2004) é uma forma de conciliar o projeto de uma Economia Solidária com a esfera política e econômica concomitantemente.

Nessa perspectiva, a existência de programas e projetos de incentivo a essas iniciativas e que se limitam a políticas de governo, deixando uma lacuna na esfera das políticas de Estado, denota uma intenção efêmera de apoio por parte do Estado, sendo este sujeito e regulador das relações capitalistas e portanto, respondendo à lógica do mercado.

Por conseguinte, é fundamental a criação de instituições que fortaleçam a construção do marco legal para o fomento de empreendimentos solidários (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004). Todavia, sabe-se que um dos pontos fortes do capitalismo está em conseguir “legitimar-se e reproduzir-se historicamente utilizando-se de aspectos como a tecnologia criada sob sua égide e outras formas de alimentação do sistema” (GAIGER, 2004). Essas outras formas de legitimação pode ser caracterizada pela legitimação política, através do fortalecimento de instituições que preservem o campo de atuação de interesse do capital. E atualmente, esse pensamento se fortalece através da ideologia neoliberal reproduzida por muitas esferas do governo.

Moraes (2001, p. 35) apresenta uma síntese das principais idéias neoliberais que podem confirmar o grande desafio para promover a Economia Solidária no interior do sistema capitalista:

Elas acentuam duas grandes exigências gerais e complementares: privatizar empresas estatais e serviços públicos, por um lado; por

⁴ Expressão utilizada por França Filho (2004) na defesa da inclusão da proposta de Economia Solidária no âmbito das políticas de Estado.

outro, “desregular”, ou antes criar novas regulamentações, um novo quadro legal que diminua a interferência dos poderes públicos sobre os empreendimentos privados.

É notável, portanto, que a Economia Solidária caminha na contramão da ideologia neoliberal vigente, tendo como uma de suas prerrogativas, contar com o apoio do poder público para se fortalecer. Uma vez que na ideologia neoliberal o Estado passa a se eximir de certas responsabilidades, acentuando a atuação do mercado frente às demandas sociais e econômicas, transformando-se em agente regulador dessas relações, a sua atuação junto ao ideal de uma economia plural torna-se fraca ou até mesmo incoerente.

De um lado, o neoliberalismo age no sentido de enfraquecer o Estado diante das relações de mercado, dessa forma, responde aos interesses do capital. De outro, a Economia Solidária propõe uma economia plural baseada em três pilares, mercado, Estado e grupos excluídos do atual sistema produtivo numa concepção de união de forças visando o bem comum. Poderia o Estado, servir aos interesses do capital e do social ao mesmo tempo? Considerando uma economia de mercado que alimenta a concorrência, o individualismo e, portanto, não considera a problemática social como um desequilíbrio gerado dentro desse sistema, como promover uma economia mercantil e contribuir com uma economia plural?

Evidentemente, algumas ações do Estado devem ser pontuadas como forma de fortalecimento da tendência da Economia Solidária, entre elas a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego e que tem como principal desafio implementar o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento. Assim como inúmeros programas de governo em diversos municípios que apóiam essas iniciativas.

Contudo, ao optar por uma via neoliberal, este Estado utiliza-se de estratégias que servem ao sistema vigente, como ferramentas, planejamentos, avaliações, enfim, as políticas públicas são formuladas sob a ótica do neoliberalismo, suas ações respondem à pressão do mercado,

seus resultados deverão ser quantificáveis conforme a lógica do sistema (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2006).

Controle social

Observa-se ainda, enquanto limite para a Economia Solidária a questão do controle social que dentro da lógica neoliberal é desestimulado como forma de enfraquecer o poder do Estado (TORRES, 2004). Contudo, sabe-se que o Estado é um reflexo histórico, a sua qualidade se encontra na cidadania popular mobilizada e organizada. Para se pensar na soberania desse Estado em relação ao mercado é preciso pensar em mudança, através do fortalecimento da cidadania, o que é desestimulado na ideologia neoliberal (VERZA, 2000).

Esse quadro traduz perfeitamente a realidade que ora se apresenta em relação à formulação de políticas públicas, uma vez que se presenciaram políticas sociais incapazes de resolver os problemas em sua origem, mas apenas servem como paliativos para situações extremas de pobreza.

Ainda como forma de legitimação do sistema capitalista, percebe-se a introdução de ideologias neoliberais agindo na desarticulação do controle social. Isso acontece até mesmo com a massificação de termos que passam a ser utilizados no âmbito das ações de caráter privado e público e que tendem a ser reproduzidos nas práticas solidárias, confundindo-as com as estratégias de autopromoção da economia de mercado. Como exemplo, observa-se a utilização do termo “eficiência” que, segundo Gaiger (2004) refere-se, dentro da ideologia do mercado apenas aos aspectos quantificáveis, desprezando o lado social da produção. Enquanto que em uma economia solidária, esse mesmo termo vai considerar aspectos inerentes à questão social como qualidade de vida, satisfação de objetivos culturais e éticos-morais.

Pode-se citar ainda o termo “empreendedorismo”, que conforme Moraes (2001), remete a um elemento básico do sistema capitalista, vez que representa a função empreendedora do indivíduo, que se move orientado por um planejamento baseado na idéia de concorrência e

numa complexa divisão social do trabalho. O mesmo que Harvey (2004, p. 100) denomina de “emprendimentismo” quando o associa com um individualismo possessivo na medida em que

[...] a inovação e a especulação criativos podem florescer, embora isso também implique uma proliferante fragmentação de tarefas e responsabilidades, bem como uma transformação necessária das relações sociais que chega a ponto de forçar os produtores a ver os outros em termos puramente instrumentais.

Isso revela uma articulação da economia de mercado onde esta é vista como um modelo de funcionamento para as demais instituições sociais (MORAES, 2001), e que as instituições do não-mercado (poder público) acabam tomando para si na iminência de corrigir falhas inerentes à sua realidade. Esse mesmo risco ronda as práticas da economia solidária, que assim como a administração pública, carece de desenvolvimento de ferramentas próprias, baseadas numa realidade que deve responder acima de tudo aos interesses sociais e não aos interesses individuais, como quer a economia de mercado.

Conclusão

Com base na idéia central do artigo, a caracterização do neoliberalismo enquanto construtor de relações que respondem à economia de mercado, revela-se um desafio dentro da proposta da Economia Solidária, vez que esta presume uma interação entre a economia e a política social para a construção de um modelo econômico mais justo, fora da concepção única do princípio de mercado. Para tanto, a vinculação desta nova forma de se pensar a economia com as políticas públicas, criando um espaço de atuação para um novo modelo, presume uma atuação forte do Estado, muito além de oferecer oportunidades iguais para ideologias diferentes, pois seria o mesmo que distribuir armas para ambos e eximir-se da responsabilidade, deixando mais uma vez a solução para o que mostrar-se mais forte, seguindo a

lógica da concorrência, o que reflete atitudes neoliberais. E ao analisar os limites ora descritos, pontua-se ainda um desafio, grande o suficiente para responder a todas as armadilhas do Estado Neoliberal, ou seja, construir uma nova forma de ação pública que se mostrasse coerente com a proposta da Economia Solidária.

Referências

BEAUD, Michel. **História do capitalismo:** de 1500 até nossos dias. São Paulo: Brasiliense, 2004.

FALEIROS, V. de P. A. **A política social do estado capitalista (primeira parte).** São Paulo: Cortez, 1995.

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE J. L. **Economia solidária:** uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

_____ et al. (Org). **Ação pública e economia solidária:** uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

GAIGER, L. I. (Org) **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna.** 13. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HÖFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedex**, Campinas, v. 21, n. 55, p. 30-57, nov. 2001.

LAHERA, E. P. **Introduccion a las políticas públicas.** Santiago (Chile): Fondo de Cultura Econômica, 2002

MORAES, R. **Neoliberalismo:** de onde vem, para onde vai? São Paulo: Ed. Senac, 2001.

OFFE, C. **Problemas estruturais do estado capitalista.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

SIMIONATTO, I. **Reforma do estado e políticas públicas:** implicações para a sociedade civil e para a profissão. Florianópolis, 1997. Disponível em: <www.portalsocial.ufsc.br/crise_estado.pdf>. Acesso em: 1º jun. 2007.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária.** Ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

TORRES, M. D. de F. **Estado, democracia e administração pública no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

VERZA, S. B. Cidadania, poder local, políticas público-sociais. In: _____. **As políticas públicas de educação no município.** Ijuí: Unijuí, 2000. p. 101-148.

Recebido em: agosto de 2008

Aprovado em: abril de 2009